



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão Pública ordinária a realizar no dia 19.09.2025

EDITAL

Jorge Manuel Ramos Lourenço Marques, Presidente da Assembleia Municipal supra:

Torna público, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que no próximo dia 19 de setembro, pelas 20 horas, se realizará a sessão ordinária descentralizada desta Assembleia, no Auditório do Agrupamento de Escolas de Marvão na Escola da Portagem, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL
2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA FINANCEIRA À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2025
3. REDE DE JUDIARIAS DE PORTUGAL – ADEÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARVÃO
4. CIMAA - ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
5. ÁGUAS DO ALTO ALENTEJO – AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCAL ÚNICO -
6. ASSUNTOS DIVERSOS

Para constar se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo do concelho e publicados no site do município.

Marvão, 12 de setembro de 2025

O Presidente da Assembleia

(Jorge Manuel Ramos Lourenço Marques)

A sessão será transmitida em direto na página de facebook do Município de Marvão.

Informações sobre o tratamento de dados pessoais na gravação e transmissão online das reuniões: -----

Para permitir a qualquer cidadão acompanhar as reuniões deste órgão estas são transmitidas e gravadas em áudio e vídeo em direto e online. Os dados, imagens e som, uma vez disponibilizados online são suscetíveis de acesso, reutilização e difusão por terceiros. Para assistir à reunião sem ser filmado utilize os lugares disponibilizados na assistência para esse efeito. Para a sua intervenção ser filmada dê consentimento no momento da inscrição, caso não dê consentimento a transmissão será suspensa durante a sua intervenção. O responsável pelo tratamento dos dados pessoais é o Município do Marvão cujo Encarregado de Proteção de Dados poderá contactar através do email: dpo@cm-marvao.pt. As finalidades do tratamento são as supra indicadas e o fundamento de licitude do tratamento é o consentimento. Os dados pessoais serão conservados pelo Município pelo prazo necessário ao cumprimento das finalidades de tratamento. Mediante contacto com o responsável pelo tratamento ou com o Encarregado de Proteção de Dados poderá, nos termos previstos na legislação, exercer os direitos de retirar o consentimento, confirmação do tratamento, acesso aos dados, retificação dos dados, limitação do tratamento, apresentar reclamação à autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados), apagamento dos dados, portabilidade dos dados e oposição ao tratamento.